



A aplicação da lei 10.639/03 sob o foco dos estudantes e docentes do ensino médio técnico integrado de uma unidade do IFSP

Law 10.639/03 from the Perspective of Students and Educators in an Integrated Technical High School Unit of IFSP – Brazil

Iara C. Simões¹, Marília G. Pinheiro²

¹ Licenciatura em Letras Inglês-Português, IFSP SRT, Profa. E.E. Prof. João Batista Gasparin S.Carlos-SP

² Profa. Dra. Marília Guimarães Pinheiro, docente IFSP SRT

RESUMO

A Lei nº 10.639/2003, com 20 anos, estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas disciplinas do ensino fundamental e médio, mas ainda há muita controvérsia sobre sua efetiva aplicação. Importante instrumento para promoção de uma educação antirracista, implica diretamente as disciplinas de História Brasil, Educação Artística e Literatura, visando resgatar a contribuição dos negros nas áreas social, econômica e política. Este estudo objetivou observar a implementação da lei em uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Para tanto, estudou-se a lei em questão, os documentos relativos aos planos de curso envolvidos (técnicos integrados ao ensino médio de Química e Automação Industrial) e coletou-se dados sobre a percepção de estudantes e docentes desses cursos. Foram revisadas todas as ementas em busca de evidências que comprovassem a aplicação da lei e foram enviados questionários a todos os docentes e estudantes dos cursos. Os questionários abordaram as disciplinas ministradas, além de conter questões mais gerais sobre a percepção de ações racistas e antirracistas na unidade. Os resultados apontaram que, especialmente professores das áreas de humanidades, aplicam a Lei nº 10.639/03 e que a unidade, em iniciativas isoladas, promove ações para educação antirracista.

Palavras-chave: educação; racismo; história; cultura; afro-brasileira; Lei 10639/03.

ABSTRACT

The Law No. 10,639/2003 establishes the mandatory teaching of Afro-Brazilian history and culture in elementary and high school subjects. However, there is still significant controversy regarding its effective implementation. Serving as a crucial tool for promoting anti-racist education, the law directly involves disciplines such as Brazilian History, Art Education, and Literature, aiming to recover the contributions of Black individuals in the social, economic, and political realms. This study aimed to observe the implementation of the law in unit of the São Paulo Federal Institute of Education, Science, and Technology. To achieve this, an examination of the law was conducted, alongside documents related to the curriculum plans of the courses (Chemistry and Industrial Automation integrated into high technical school). Data regarding the perceptions of students and educators of these courses were collected. All course outlines were reviewed and surveys were distributed to all educators and students in the courses. These surveys encompassed the subjects taught and included broader questions concerning perceptions of racist and anti-racist actions within the institution. The findings revealed that the Law No. 10,639/03 is predominantly implemented by humanities professors and that, sporadically, the institution undertakes initiatives for anti-racist education.

Keywords: education; racism; history; culture; Afro-Brazilian; Law 10,639/03.

1. Introdução

Publicada em 10 de janeiro de 2003, a Lei 10.639, em vigor há 20 anos, estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana no Brasil. Num país com profundas raízes africanas, com mais de 50% da população

negra, mantém-se predominância eurocêntrica na educação, prevalecendo ainda a necessidade de superar resquícios do colonialismo com o reconhecimento de uma identidade nacional própria e integradora (SCHWARCZ,1994), para o qual a lei visa contribuir.

A Lei 10.639 simboliza marco histórico da luta antirracista ao estabelecer diretrizes e bases para a educação em âmbito nacional, ela objetiva revisar, no ensino fundamental e médio, as contribuições econômicas, culturais e sociais dos negros no processo de formação nacional. Entretanto, discute-se a efetividade de seu cumprimento. Diversos seriam os possíveis empecilhos: formação do docente, disponibilidade e divulgação de recursos para o ensino, revisão de projetos de curso e de ementários, sistematização da lei e mesmo o racismo institucional, caracterizado por intolerâncias e discriminações enraizadas e naturalizadas na sociedade brasileira (GOMES,2013).

Alguns autores consideram, ainda, que o cerne dos problemas enfrentados na implementação da lei encontra-se justamente na sua inserção em um sistema educacional com bases ideológicas racistas, inserido em uma sociedade ainda contaminada pelo mito da democracia racial (MENEZES,2000). A história da África é, tradicionalmente, pouco contada no Brasil, faltam registros das referências negras nas ciências, nas artes, na política, enfim, em todas as áreas do conhecimento, fato que se reflete nos livros didáticos do ensino fundamental e médio. O mesmo ocorre na formação da maioria dos educadores.

O objetivo deste estudo é delinear um panorama de como os estudantes e docentes avaliam a aplicação da Lei 10.639/2003 nos cursos técnicos integrados de uma unidade do IFSP, de modo a fornecer subsídios para ações futuras de melhoria desse quadro.

2. Metodologia

A pesquisa documental, como fonte de pesquisa, além do documento escrito, pode contar com análise de sistemas, programas, comunicados, avisos, mensagens ou pôsteres, além de outros registros, presentes no dia a dia das instituições de ensino. Esses documentos podem fornecer indicações e esclarecimentos para elucidar questões ou servir de prova de ações ou de suas orientações (FIGUEIREDO, 2007). Para avaliar programas e planos de curso, assim como observar orientações e ações institucionais, a técnica documental vale-se de documentos originais, elimina em parte a eventualidade de qualquer influência, presença ou intervenção do pesquisador no conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009). Aqui, foi necessária a revisão dos planos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio de Química e Automação Industrial e possíveis registros de orientações e intervenções no ensino determinadas por normas internas, ações de comissões ou outras instâncias previstas para implementação da lei 10639/03.

A pesquisa de campo será realizada por meio de questionários (online) enviados a todos os estudantes e docentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio de Química e Automação Industrial. A avaliação da pesquisa será quantitativa e qualitativa, realizada sobre os dados captados nos registros coletados e fragmentos de discursos de respostas a questões abertas.

O instrumento de pesquisa foi um questionário de múltipla escolha, com algumas perguntas abertas. As respostas objetivas permitem contabilizar quantidades para fins de análise de proporções e aderência direta aos parâmetros testados.

3. Resultados e discussão

Há cerca de 320 estudantes de ensino médio técnico integrado na instituição pesquisada, nesta modalidade de ensino. Os respondentes foram 71 alunos(as), 22% do total. Já entre os docentes, a participação foi maior, segundo horário publicado no site da Instituição, são 42 professores que ministram aulas nestes cursos (em 2022), 18 deles responderam ao formulário, cerca de 43%. Entre os(as) 71 jovens entrevistados(as), 42,1% deles(as) declararam-se pardos(as), pretos(as) e/ou mulatos(as). É importante destacar que a autodesignação de raça/etnia foi aberta, a escolha do termo foi do próprio respondente, note-se que o uso do termo *mulato(a)* é inadequado, visto que é considerado de cunho racista. No IBGE são empregados os termos para: cor/raça – amarela, branca, indígena, preta, parda e para etnias – branca, negra, indígena e asiática. Esta informação não chegou, portanto, a todos os jovens respondentes.

Apenas 14,1 % afirmaram conhecer a Lei 10639/03. Assim como rege a Lei, as disciplinas de Literatura, História, Geografia, Filosofia e Sociologia são responsáveis pelo cumprimento da Lei em seus conteúdos práticos. O gráfico da Fig. (1) apresenta a percepção dos alunos(as) entrevistados(as) sobre o cumprimento da lei nestas disciplinas.

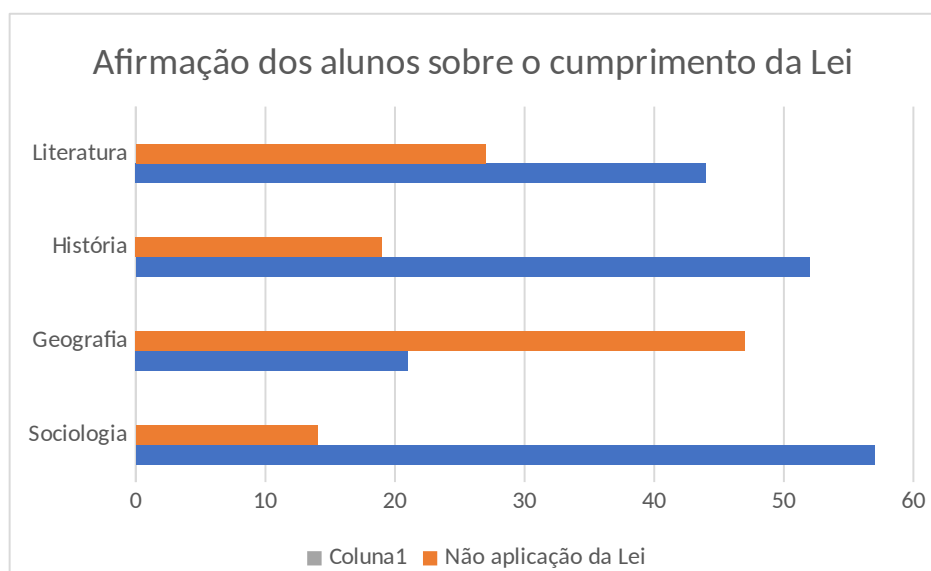


Figura 1: Percepção do cumprimento da Lei nº 10.639/03 nas disciplinas determinadas como obrigatórias.

O gráfico da Fig. (1) evidencia que a disciplina de Sociologia é percebida como a que mais discute as questões relacionadas ao ensino da história, cultura afro-brasileira e africana, mesmo assim, 17% dos alunos(as) afirmaram não reconhecer este cumprimento. Além dos conteúdos trabalhados em sala de aula, 79% dos estudantes afirmaram que a instituição de ensino em questão já promoveu palestras/sessões de cinema/oficinas artísticas e outros eventos pautados na importância da história e da cultura afro-brasileira e africana na sociedade atual. Entretanto, quando se pergunta sobre conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Africana presentes nos livros didáticos utilizados em sala de aula, 59% afirma não conseguir identificar sua presença. No geral, 94% dos(as) alunos(as) afirmaram que “algumas vezes”, “quase nunca” e “nunca” identificaram destaque e ênfase positivos a pessoas negras nos livros didáticos. No entanto, 95% dos(as) estudantes questionados(as) acreditam que a divulgação de conteúdos sobre a História e a Cultura Afro-brasileira e Africana ajude a combater o racismo.

Foi perguntado aos(as) alunos(as) se eles(as) são incentivados(as) pela instituição a consumir conteúdos produzidos por autores(as) negros(as) fora do ambiente escolar, 76% responderam que sim, que são incentivados(as). Ainda nas questões sobre a instituição escolar, 97% dos(as) alunos(as) disseram que a unidade IFSP em questão possui atitudes antirracistas, contudo, quando perguntados(as) se existe discriminação racial em sua instituição escolar, 35% responderam que sim, que percebem discriminação racial.

Já o corpo docente, em relação a autodeclaração de cor/etnia, empregou os termos: “branca”, “parda”, “negra” e “preta”, da seguinte maneira: 13 docentes se consideram brancos, 03 pardos, 01 negro e 01 preto. Pelo padrão adotado pelo IBGE (pretos e pardos formam a população negra): 13 brancos e 5 negros, ou 72% brancos e 28% negros. A proporção de negros é menor do que a observada entre estudantes (42%).

A fim de avaliar a percepção da representatividade na instituição, foi perguntado aos docentes a quantidade de professores(as) negros(as) percebida, as respostas variaram entre 02 e 05. Entre estudantes, o número de docentes negros(as) percebidos(as) é de 01 a 05 professores. Sendo assim, é provável que todos(as) os(as) docentes negros(as) da instituição, que ministram aulas nos cursos avaliados, tenham respondido ao questionário. Os professores tem percepção muito variada sobre a presença de estudantes negros(as) na instituição, de 15% a 50%; já na amostra de 71 estudantes respondentes, 42% se autodeclararam negros e, a percepção de negros(as) entre colegas, mantém-se próxima desta proporção.

Entre as disciplinas ministradas pelos(as) professores(as) que responderam ao questionário, predomina a área de exatas, afinal, os cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertados pela unidade IFSP em questão são Automação Industrial e Química. Os(as) docentes respondentes ministram as seguintes disciplinas (alguns ministram mais de uma das disciplinas relacionadas): Língua Portuguesa, Literatura, Filosofia, Sociologia, Matemática, Física, Biologia, Microbiologia, Informática Básica, Automação Eletropneumática, Química Orgânica, Química Farmacêutica, Microcontroladores e Microprocessadores, Eletrônicas, Máquinas Elétricas e Projetos, Desenho Técnico, Automação Eletropneumática, Hidráulica I e II, Eletricidade, Instrumentação Industrial I e II, Projeto Integrador em Automação.

No que se refere à Lei nº 10.639/03, dos(as) 18 professores(as) que responderam ao questionário, apenas 04 disseram que não a conhecem ou que não se lembravam dela. Do total de docentes, 08 afirmaram cumprir a lei, embora alguns admitam a falta de ênfase, até pelos conteúdos de suas disciplinas. Um dos entrevistados não respondeu à pergunta e os outros 9 afirmaram não aplicar a Lei. Estes 8 professores trabalham tanto disciplinas de humanidades quanto de exatas, entretanto, os(as) professores(as) de filosofia e sociologia são os que afirmam abordar com mais ênfase a temática racial dentro da sala de aula. Eles(as) declaram aplicar conteúdos que abrangem o ensino de povos africanos, a escravidão no Brasil, a reprodução do racismo no processo migratório, produções realizadas por autores negros e negras, a problematização da colonização no Brasil, o mito da democracia racial, a cultura africana e indígena, entre outros.

Em relação aos professores das disciplinas técnicas do curso, aqueles que realizam o cumprimento da Lei são, principalmente, os que trabalham com Tecnologia da Informação. Declaram abordar o tema por meio de: “exemplos em processador de texto”, “temas afins em planilhas eletrônicas”, “interferências relacionadas aos softwares e sistemas racistas”, “incentivo à produção de PowerPoint sobre o tema”. Finalmente, a respeito dos(as) professores(as) que não realizam o cumprimento da Lei,

as justificativas variam entre a falta de capacitação para abordar o tema e a distância entre a disciplina ministrada e os temas da Lei, afirmam tratar-se de “disciplinas técnicas”.

Apenas 02 dos 18 docentes entrevistados afirmaram que se sentem preparados para realizar o cumprimento da Lei, 10 não se sentem e 06 não sabem se estão ou não. Sobre qual seria a melhor estratégia de a instituição escolar preparar seus docentes para a aplicação da Lei, a grande maioria respondeu que a preparação deveria ocorrer por meio de cursos de formação continuada. Quatro professores(as) acreditam que deva existir uma formação específica apenas para docentes de disciplinas de humanidades. Um professor afirmou que uma formação geral sobre o tema seria uma “imposição sem sentido”, e que não tem certeza se a inserção de conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana ajude a combater o racismo.

Quando perguntados se o estabelecimento de ensino já promoveu eventos que ressaltassem a importância da história e da cultura afro-brasileira e africana na sociedade atual, 07 docentes responderam que “sim, já promoveu várias vezes” e 11 “promoveu raramente”. Em relação aos livros didáticos, somente 01 docente disse que consegue identificar com frequência conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana nos livros utilizados em sala de aula, 06 disseram que “nunca” conseguem identificar ênfase positivo às pessoas negras nos livros didáticos, 10 “quase nunca” e 01 “algumas vezes”.

Sobre educação antirracista, no total, 03 professores(as) não acreditam que a Lei 10639/03 ajude a combater o racismo, 15 acham que ajuda. Cerca de 90% dos entrevistados reconhecem ações institucionais nesse sentido: ações do Comitê Diversidade do campus, postagens nos meios de comunicação da instituição (e-mail, YouTube, Facebook etc.) e o laboratório Ubuntu Maker, desenvolvido pelo comitê de estudos afro-brasileiros e indígena da reitoria do IFSP.

4. Considerações finais

Apesar do tempo da publicação da Lei nº 10.639/03, os Planos dos Cursos Técnicos de Química e Automação Industrial do Instituto Federal de São Paulo no campus pesquisado não a contemplam em suas ementas, apenas em considerações gerais. No entanto, ao final desta pesquisa todos os planos de curso da instituição passaram por minuciosa revisão, além disso, tanto estudantes quanto professores afirmam haver o cumprimento da Lei 10639/03 nas disciplinas estipuladas como obrigatórias. A maioria dos(as) alunos(as) entrevistados(as) (97,2%) acredita que a instituição promova ações para uma educação antirracistas. Atualmente, as expectativas são de que a revisão dos planos de cursos dará a devida atenção ao assunto, tanto nos ementários, quanto em temas transversais.

Conclui-se que, apesar de existirem algumas divergências pontuais, estudantes e docentes possuem, sobretudo, a mesma visão da instituição de ensino: ambos os públicos entrevistados afirmaram que percebem o cumprimento da Lei nº 10.663/03 no campus do IFSP, os(as) entrevistados(as) concordam que o estabelecimento de ensino busca realizar práticas antirracistas. Ainda, é certo que, a formação inicial e continuada direcionada a cada área do corpo docente poderia trazer uma contribuição maior, em comparação à uma formação geral, visto que os Institutos Federais diferem das escolas convencionais pelo seu teor técnico. De modo geral, ressalta-se a importância das cotas no serviço público, a participação dos(as) professores(as) negros(as) nesta pesquisa teve influência significativa em seus resultados.

Referências

- FIGUEIREDO, N.M.A. Método e metodologia na pesquisa científica. 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.
- GOMES, A. B. (jul./dez de 2013). ASPECTOS HISTÓRICOS DA LEI 10.639/03 E A HISTÓRIA. Momento, 22 n.2, pp. p. 19-38. doi:ISSN 0102-271744
- MENEZES, C. V. B. Gilberto Freyre: e o mito se faz história. Revista Meditações, Londrina, v.5, n.2, p.177-184, jul/dez 2000.
- SÁ-SILVA, J. R., ALMEIDA, C. D. de, & GUINDANI, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira De História & Ciências Sociais, 1(1).
- SCHWARCZ, L. M. Espetáculo da miscigenação. Estudos Avançados, 80(20), 1994.